



## VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

*Culturas políticas e conflitos sociais*



### *ESPÍRITO SANTO (1930-1943): POPULISMO OU HEGEMONIA OLIGÁRQUICA?*

Jefferson Ferreira Alvarenga<sup>1</sup>

**Resumo:** Em geral, alguns estudiosos brasileiros concordam que o populismo no Brasil teria nascido durante a década de 1930. O momento principal para tal acontecimento foi a própria revolução de 1930, que levou novos atores políticos a direção do Estado. Assim, as transformações decorrentes desde 1930 implicaram também em mudanças estruturais do Estado, criando desse modo um Estado de massas, no qual as classes médias urbanas fariam parte do novo pacto político. Neste artigo, procuramos entender uma realidade peculiar, ou seja, o estado do Espírito Santo, portanto tentamos entender se esta realidade também foi afetada pelas transformações posteriores a 1930. Portanto, procuramos delinear os principais acontecimentos históricos no estado do Espírito Santo, entre 1930 a 1943, visando, sobretudo, esclarecer acerca da presença ou não do populismo na política local, nos fundamentando em uma memória historiográfica.

**Palavras-chaves:** História, Revolução de 1930, Espírito Santo.

**Resumen:** En general, algunos estudiosos brasileños concuerdan que el populismo en

---

<sup>1</sup>Possui Mestrado em História Social das Relações Políticas (2012). Especialista em História política (2009) e graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) em 2006 pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: jeffersonufes@yahoo.com.br

Brasil habría nacido durante la década de 1930. El momento principal para tal acontecimiento fue la propia revolución de 1930, que llevó nuevos actores políticos a la dirección del Estado. Así, las transformaciones resultantes desde 1930 implicaron también cambios estructurales del Estado, creando de ese modo un Estado de masas, en el cual las clases medias urbanas formar parte del nuevo pacto político. En este artículo buscamos entender una realidad peculiar, es decir, el estado del Espírito Santo, por lo tanto intentamos entender si esta realidad también fue afectada por las transformaciones posteriores a 1930. Por lo tanto, buscamos delinear los principales acontecimientos históricos en el estado del Espírito Santo, entre 1930 y 1943, buscando, sobre todo, aclarar acerca de la presencia o no del populismo en la política local, fundamentándose en una memoria historiográfica.

Palabras claves: Historia, Revolución de 1930, Espírito Santo.

### A Revolução de 1930 e o Espírito Santo

O conceito populismo já foi muito discutido na academia, porém ainda não se chegou a um consenso sobre o que é o populismo. São diversos referenciais teóricos, que possibilitam distintas interpretações sobre o populismo no Brasil. No caso deste artigo, entendemos o populismo como uma conjuntura complexa, que exige algumas unidades mínimas de análise. Seguindo o trabalho de María Moria Mackinnon e Mario Alberto Petrone<sup>2</sup> (1998), usamos unidades de análises para compreender o conceito populismo, como: a) a crise como condição de emergência; b) a experiência da participação como sustento da mobilização popular; c) o caráter ambíguo dos movimentos populistas. Além disso, tais autores situam outras unidades a serem utilizadas como: a base social; a ampliação da cidadania; incorporação-exclusão dos segmentos populares na experiência populista. Ainda mais, incluímos como unidade

---

<sup>2</sup>MACKINNON, María Moria; PETRONE, Mario Alberto. *Populismo y neopopulismo en América Latina*: El problema de la cenicienta. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

mínima de análise: o desenvolvimento capitalista, e a liderança carismática. Assim, levando em consideração tais conceitos procuramos investigar a existência, ou não do populismo no estado do Espírito Santo.

Como já foi estudado por Raymundo Faoro (1997)<sup>3</sup>, no Brasil, emergiu uma dominação patrimonialista<sup>4</sup>, desde a colonização. O público e o privado sempre estiveram em uma relação tão próxima que, às vezes, é difícil fazer a distinção entre ambos no Brasil. Essa indistinção chega ao ponto de, na cultura política brasileira, ser ato comum a utilização privada dos recursos públicos.

No processo da formação social e/ou formação sociocultural do Brasil, a administração pública se baseou exatamente nas relações patrimoniais, que adentraram os espaços burocráticos de poder nos períodos monárquico e republicano. Esse modelo de administração patrimonial se expressou também nos municípios e nas províncias.

De certo modo, a administração pública brasileira passou por uma racionalização após a Revolução de 1930, diminuindo as relações privadas, mas não as extinguindo. Além disso, segundo autores como Octávio Ianni (1978) e Francisco Weffort (2003), os acontecimentos de 1930 representaram a ascensão do populismo na política brasileira. O mesmo não aconteceu no estado do Espírito Santo, por várias razões, das quais duas tornam-se importantes. Primeiro, a peculiar formação social e histórica do

---

<sup>3</sup>FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 ed. - São Paulo: Editora Globo, 1997. 2 v.

<sup>4</sup>Para Max Weber, as dominações patrimonial e a patrimonial-estamental são poderes de mando, direitos senhoriais econômicos e oportunidades econômicas privadas apropriadas, bem como apropriação de poderes senhoriais judiciais ou militares. Dessa forma, o fundamento jurídico é estamentalmente apropriado por uma camada estamentalmente privilegiada, na forma de apropriação privada. Dizendo de outra forma, a senhoria judicial, os direitos econômicos e outros direitos de origem política são tratados como direitos privados (WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4° Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 1 v, p.155).

estado do Espírito Santo, que implicou a hegemonia de duas elites ligadas ao setor cafeeiro. Segundo, a Revolução de 1930 não modificou a estrutura política, tampouco as condições econômicas (SILVA, 1986, p. 106). Na verdade, a revolução foi uma verdadeira *guerra de coronéis*. Além disso, configurou-se como um novo panorama de rearranjos das forças políticas estaduais. A maioria dos políticos locais aderiu ao situacionismo federal e estadual, enquanto uns poucos líderes estaduais reuniram-se numa facção oposicionista conjugada à Aliança Liberal (ACHIAMÉ, 2010, p. 101).

De modo geral, a Revolução de 1930, na política do Espírito Santo, representou o choque, entre as elites políticas cafeeiras, pelo controle da administração pública, portanto não criou uma crise de hegemonia capaz de originar bases para a emergência do populismo. Além do mais, as forças revolucionárias (Aliança Liberal e Tenentes) propunham, em nível federal, o direito burguês como forma de mediação entre Estado e sociedade (voto secreto, direto e universal; regularização do alistamento de votantes, reconhecimento dos resultados pelo poder judiciário), o que se alinhava aos interesses das elites agrárias, uma vez que os tenentes optaram pelo caminho de exclusão das classes populares dos instrumentos formais de democracia. Segundo Boris Fausto (1995), o argumento dos tenentes era que as massas, sendo atrasadas, votavam mal. Assim, se fazia necessário cortar-lhes os direitos políticos para que a ordem pudesse reinar (FAUSTO, 1995, p. 66).

Se a Revolução de 1930 não pode ser vista como a instauradora do populismo, podemos afirmar que João Punaro Bley<sup>5</sup> não sustentava seu poder na participação popular, mesmo com a existência de uma pequena classe urbana. Na verdade, ele fundamentou seu poder administrativo no controle das elites cafeeiras. Conforme Marta Zorzal e Silva (1986), Bley, na sua primeira interventoria (1930/1935), se articulou com as forças jeronimistas. Assim, o secretariado e também o estamento burocrático foram organizados com aquelas forças políticas (SILVA, 1986, p. 115).

---

<sup>5</sup>João Punaro Bley governou o Espírito Santo entre 1930-1943, por duas ocasiões foi interventor nomeado por Getúlio Vargas.

Não só: essas nomeações lhe valeram o controle sobre a elite política, por meio dos cargos públicos que estavam vinculados às antigas elites hegemônicas no Espírito Santo.

No dizer do próprio Bley:

[...] Nomeado interventor e tomando posse na primeira interventoria de 1930 a 1935, meu secretariado inicial foi o seguinte: Secretário do Interior – Afonso Correa Lyrio; Secretário de Educação- João Manoel de Carvalho; Secretário da Fazenda- João de Albuquerque Tovar; Secretário de Agricultura- José Sinval Monteiro Lindenberg; prefeito da capital- Asdrúbal Soares (SILVA, 1986, p. 115-116).

Sobre isso, Waldemar Mendes de Andrade relata:

[...] O Punaro Bley, de repente, se viu na incumbência de interventor do Estado. Este aspecto é relevante. Ele chega em 1930, e não era daqui, não conhecia a política local, e teve de valer-se dos elementos que eram revolucionários, os contra Washington Luís. Aqui em Vitória eram: João Manoel de Carvalho, Afonso Correa Lyrio, Fernando de Abreu, etc. Ele era manobrado, ora para um lado, ora para outro, porque, além da mocidade e da inexperiência política, ele tinha o desconhecimento específico da política do Espírito Santo.

Até que ele tomou pé, já tinha criado uma incompatibilidade com grande parte da população. E além do mais, encontrou uma situação econômica e financeira, difícilíssima.

Cachoeiro de Itapemirim teve uma influência muito grande no segundo governo Bley (1935/43). Porque a permanência de elementos do velho PSD [sic] como Lúcio Mesquita, Fernando de Abreu, Armando Braga, que eram adversários antes da revolução de 30, e foram depois secretários do seu governo, amorteceram [sic] aqueles choques políticos. Cachoeiro de Itapemirim transmitiu, até certo ponto, ao governo Bley, aquele espírito de tolerância que foi a base do governo Fernando de Abreu (Prefeito Municipal

de Cachoeiro de Itapemirim) (SILVA, 1986, p. 116).

Mas, ao longo da administração, Bley passou a incluir também as forças ligadas à elite mercantil na direção administrativa do Estado. De modo geral, João Punaro Bley foi um dos poucos interventores federais a conseguir permanecer na gerência do Estado até a redemocratização. Sua administração foi marcada pela reordenação da economia capixaba, que vivia uma precariedade na situação financeira, procurando um amplo controle das despesas públicas<sup>6</sup>. Na primeira interventoria, Bley também se preocupou com a centralização político-administrativa dos municípios e, para dirimi-la, criou a Inspeção dos Municípios, órgão diretamente subordinado ao interventor federal<sup>7</sup>.

As elites políticas instauradas desde a Primeira República não tiveram outra opção, a não ser aderir à nova forma de administração. Caso não concordassem, corriam o risco de ostracismo. Por um lado, Bley escolheu para administrar as

---

<sup>6</sup>De conformidade a Achiamé, o discurso do novo governo era salvar o Espírito Santo da situação caótica em que se encontrava. Entre as principais medidas de controle financeiro, destacam-se a redução dos vencimentos dos servidores em 10%; reorganização do quadro de professores; revisão dos proventos dos aposentados, supressão dos cargos considerados inúteis, contenção de verbas orçamentárias. Portanto, a lógica desenvolvida por Bley foi a de reorganizar e racionalizar as atividades administrativas (ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): Elites políticas e reformismo autoritário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 114-144 passim).

<sup>7</sup>De acordo com Achiamé, posteriormente esta Inspeção tornou-se Departamentos das Municipalidades. Muitos interventores municipais, escolhidos pela Junta Governativa, foram mantidos em seus cargos, por possuírem bons padrinhos junto aos revolucionários. Em outras palavras, aqueles que mantinham relações e lealdades pessoais com os dirigentes da administração estatal. Apesar disso, todos os interventores municipais, sem exceção, deveriam aceitar a nova condição administrativa imposta pela Revolução de 1930. De certo modo, o novo modelo político privilegiava o interesse da interventoria, ainda que existissem interesses pessoais, e fortes vínculos patrimonialistas (Ibid., p. 147-162 passim).

prefeituras aqueles em quem poderia confiar, da mesma forma que o fez para os cargos públicos do governo do Estado. Por outro lado, soube isolar possíveis inimigos políticos, utilizando ora o ostracismo, ora a coerção.

De uma maneira ou de outra, as mudanças administrativas empreendidas pelo interventor seguiram o objetivo da centralização político-administrativa do Estado. Desse modo, as facções municipais não puderam mais exercer o controle político no âmbito municipal; o controle agora pertencia à administração estadual e federal. Toda e qualquer oligarquia deveria, no mínimo, seguir as diretrizes instaladas pelo novo modelo de Estado, pois do contrário poderia ocorrer o ostracismo político.

Segundo Eli Diniz (1978); e Sônia Draibe (1985), no período de 1930 a 1945, houve uma intensa racionalização da administração pública federal, bem como se formou uma nova burocratização (tecnocracia) (DINIZ, 1978, p. 91; DRAIBE, 1985, p. 20), diferentemente da ideia de reforma autoritária, colocada por Fernando Achiamé<sup>8</sup>. Acreditamos que o Estado do Espírito Santo seguiu as diretrizes da racionalização burocrática derivada do governo Vargas. Ou seja, uma racionalização imposta pelo governo federal aos governos estaduais. De toda e qualquer forma, Vargas implementou, nos estados brasileiros, um modelo de racionalização que, por conseguinte, foi adotado pelos interventores federais nesses estados.

Com a intensa centralização administrativa, ficaram muito precárias as mobilizações para a participação popular. Mesmo o surgimento de sindicatos no Espírito Santo<sup>9</sup>, atendia o interesse governamental de criar um corporativismo inclusivo<sup>10</sup>.

Bley, em certa medida, se dedicou à implantação das políticas públicas, que beneficiaram um contingente da população. Dentre as ações, podemos mencionar:

---

<sup>8</sup>Cf. ACHIAMÉ, F. A, nota 6 deste artigo.

<sup>9</sup>Cf. ACHIAMÉ, F.A. Op.cit., p. 207, nota 6. Segundo o autor, surgiram os Sindicatos dos Bancários, Sindicatos dos Construtores, Sindicatos dos Estivadores, Sindicatos dos Ferroviários.

<sup>10</sup>Cf. ACHIAMÉ, F.A. Op.cit., p. 207, nota 6.

política educacional, serviço de rádio e cinema, serviços de inspeção médica e educação sanitária escolar. Nessa primeira interventoria, Bley ainda tratou de adquirir o Teatro Carlos Gomes (1933); emprestou à Santa Casa de Misericórdia quatrocentas apólices, a fim de que mantivesse a Casa de Saúde São Lucas, na capital; auxiliou com cem apólices a construção do Orfanato Cristo-Rei; e realizou outros empreendimentos como o Leprosário de Itanhenga; o Quartel da Polícia, em Maruípe; o Cais de Minério, no Morro Atalaia; a fundação do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, instalada a 15 de outubro de 1937 (NOVAES, SD, p. 427-428). Em suma, Bley não ampliou o acesso das classes populares ao aparelho administrativo do Estado, apenas seguiu as diretrizes de políticas públicas que Vargas fazia em nível federal.

No governo constitucional (1935/1937), Bley procurou promover ações que beneficiassem a classe média urbana nascente – que recebeu o apoio do governo estadual – nos campos da educação e saúde, na formação e treinamento de trabalhadores, no aumento da diversificação de empregos burocráticos, na promoção do esporte e do lazer, etc. Não apenas: o estado do Espírito Santo foi o pioneiro na implantação de cursos para a formação de professores de educação física. Também se construiu um estádio de futebol batizado de Governador Bley.

Quanto ao aspecto social, por exemplo, os habitantes do estado das camadas mais pobres que contraíam a doença hanseníase eram deslocados para a colônia agrícola de Itanhenga (município de Cariacica), que tinha anexo o preventório Alzira Bley, onde se acolhiam os filhos saudáveis dos doentes. Além disso, se construiu o Hospital da Associação dos Funcionários Públicos na Cidade Alta, a penitenciária de Pedra d'Água, o Asilo Monte Belo; o novo Hospital Infantil na Praia do Canto. Por outro lado, buscaram-se maneiras de diversificar a agricultura, por meio da ampliação e produção de cacau na região de Linhares; da produção algodoeira de Baixo Guandú e da produção de seda em Vargem Alta (ACHIAMÉ, 2010, p. 292).

Ademais, o governo criou as Faculdades de Direito do Espírito Santo, de



Farmácia e de Odontologia. Posteriormente, foram criadas novas escolas primárias. Portanto, o número de matrículas e o número de professores tiveram um considerável aumento. Para facilitar o escoamento do café, foi realizada a construção de pontes e a abertura de estradas.

Esse conjunto de medidas realizadas por Bley não tinha como objetivo incorporar as classes médias urbanas ao campo político. Somente, como já foi observado, o governador seguia as diretrizes de Vargas em nível federal. Na verdade, o dirigente não incluiu esses setores sociais. Além disso, vale destacar que esse conjunto de medidas atingia uma pequena parcela da população, já que a maior parte do povo se encontrava no meio rural e não urbano.

Por outro lado, as medidas programadas por Bley, de certo modo, ampliaram a cidadania para os grupos que residiam nas áreas mais urbanizadas. Alguns benefícios materiais foram obtidos, mas, por contraste, os canais de participação não foram ampliados, eles ficaram restritos às elites cafeeiras. Desse modo, a experiência de participação foi pouco ampliada.

Os principais canais de participação política eram os partidos políticos, que foram criados ainda na primeira interventoria, uma vez que Getúlio Vargas proporcionou a recriação dos partidos políticos estaduais, desde que estes agissem em apoio aos interventores federais.

Entre os partidos criados no Espírito Santo, estavam: o Partido Social Democrático (PSD); o Partido da Lavoura (PL); e o Partido Proletário (PP). A ampliação da participação partidária na política não implicou a participação popular, uma vez que somente foi criado um partido operário. Na realidade, esse partido não tinha força para disputar a hegemonia política; por outro lado, se a maior parte da população do estado do Espírito Santo encontrava-se na área rural, isso certamente dificultava o acesso aos canais de participação popular; por causa disso, as principais forças partidárias se agregavam em torno do PSD e PL.

O PSD foi criado para dar apoio ao governo federal e à interventoria. No partido agrupavam-se políticos ligados à Revolução de 1930 e outros indivíduos de maior projeção na vida social do estado. Antes da fundação do PSD, Carlos Lindenberg, que se solidarizava com o partido, foi encarregado de convidar Jerônimo Monteiro a unir-se a este grupo político. No entanto, aquele recebeu uma resposta negativa, por causa da desconfiança que Jerônimo Monteiro mantinha em relação a Getúlio Vargas<sup>11</sup>. A partir deste acontecimento, Lindenberg e outras lideranças políticas locais de maior prestígio no Espírito Santo fundaram o PSD, todavia esse partido seria controlado pelo interventor federal. A comissão diretora do partido, à época, constituía-se por Fernando Rabelo, Josias Soares, José Espíndula Batalha Ribeiro, Carlos Lindenberg, Josué Prado, Jones dos Santos Neves, Fernando de Abreu, Genaro Pinheiro, Ademar Távora, Martinho Barbosa, João Dutra Barroso e Wolmar Carneiro Cunha (ACHIAMÉ, 2010, p. 222). Esse partido mantinha compromissos tanto com as elites mercantis do café quanto com as elites latifundiárias. Assim, integrava pessoas das áreas urbanas e das áreas rurais.

O PL, por sua vez, reunia antigos políticos ligados a Jerônimo Monteiro que não aderiram ao PSD. Aliás, Jerônimo Monteiro foi seu principal líder. O partido fazia oposição ao interventor federal e a Getúlio Vargas e incorporava nomes como: Jerônimo Monteiro, Etienne Dessaune, João Manoel de Carvalho e o Coronel Terra Lima, Nelson Monteiro, Jerônimo Monteiro Filho, Abner Mourão e Geraldo Viana (ACHIAMÉ, 2010, p. 225). Na verdade, o PL era muito pequeno em relação ao PSD. Segundo o depoimento de Punaro Bley, o Partido da Lavoura *“foi uma iniciativa de*

---

<sup>11</sup>Resposta de Jerônimo Monteiro a Carlos Lindenberg acerca da implantação do PSD: - Não aceito porque não acredito em Getúlio. Conheço muito bem esses gaúchos. Getúlio está fazendo isto de pantomina [sic]. Ele só sai do Governo [sic] morto ou quando suas barbas estiverem brancas e pela barriga. Assim mesmo, pela mão dos outros. Além disso, não quero ser candidato a coisa nenhuma. Você pode ir (GURGEL, Antônio de Paula. *Dr. Carlos: Um homem do campo e sua relação com o poder*. Vitória: Contexto e Jornalismo & Assessoria, 2000, p. 71).

*um grupo que tentava empolgar os agricultores*”<sup>12</sup>, mas foi logo absorvido pelos políticos do Espírito Santo.

A esquerda congregava partidos e movimentos tais como: Partido Comunista do Brasil (PCB); Partido Proletário (PP), e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em geral, esses movimentos e partidos foram reprimidos, tanto no plano federal, quanto no estadual. Já a Ação Integralista Brasileira (AIB) teve grande presença na região sul do Espírito Santo e também na política estadual.

Podemos entender que a participação política, em geral, ficou restrita ao grupo político hegemônico. As oligarquias ainda permaneciam no controle da administração pública, enquanto, para as camadas populares, foram realizados apenas projetos sociais de caráter urbanizador. Os principais canais de participação, como os partidos políticos, estavam ao restrito controle das oligarquias e do chefe do governo, salvo a presença de um Partido Proletário, sem grande representatividade. Então, não houve qualquer experiência efetiva de participação popular.

Exatamente pela pouca participação popular, o interventor federal manteve um controle autoritário durante sua administração. As eleições para governador do Estado, em 1934, serviram para mostrar como a administração pública estava restrita apenas às oligarquias, sob o controle de Bley.

A disputa eleitoral de 1934 acirrou o embate entre os dois partidos principais: o PL e o PSD, que se preocuparam, acima de tudo, em manter ou conquistar a direção do Estado, ao invés de realmente transformar a instituição. Permanecer no governo ou tornar-se governo continuava a ser a forma de conduta política. De outro lado, os partidos de ideologia comunista e fascista buscavam derrubar o governo, com o propósito de instalar um Estado de acordo com aquelas ideologias. Porém, as disputas políticas que ocorreram pela direção administrativa do Estado não deixaram de estar

---

<sup>12</sup>LINDENBERG, Carlos. *De viva voz*: Depoimento de Carlos Lindenberg. Vitória: Cultural-es, 1989, p. 31.

fortemente caracterizadas pelos vínculos pessoais, ou privados, ou mesmo pelo patrimonialismo.

O PSD escolheu, por unanimidade, o nome de João Punaro Bley para o cargo de governador. Ele, de fato, não era mais um corpo estranho à política estadual: ao contrário, tinha grande prestígio entre a massa eleitoral do interior, o que correspondia à maior parcela dos votantes do Espírito Santo. Na convenção do PSD também foram escolhidos os nomes de Carlos Lindenberg e Fernando de Abreu para as duas vagas no senado, todavia as conjunturas políticas posteriores impedirão que essas duas lideranças alcancem tais objetivos. Nas eleições de outubro de 1934, o PSD conseguiu 16 dos 25 deputados da Assembleia Constituinte. Assim, a princípio, o partido estava numa situação levemente confortável para escolher o futuro governador. Em contraste, no mesmo ano, o PP e o PL formaram uma frente política coligada e denominada Oposições Coligadas do Espírito Santo, com o objetivo de fazer frente ao PSD na constituinte. Tal frente reunia oito deputados do Partido da Lavoura e um único deputado do Partido Proletário e, certamente, almejava viabilizar a candidatura ao governo do Estado.

Dentro do PSD, ocorreu, em janeiro de 1935, uma dissidência, liderada por Asdrúbal Soares. Esta dissidência se deu em virtude do pedido de Asdrúbal a Bley para que este desistisse da candidatura em seu favor, o que Bley recusou, alegando já ter compromisso com o partido. Por causa de Asdrúbal, o PSD ficou em minoria na Assembleia Constituinte, já que ele levou consigo seis deputados estaduais pessedistas. Desse momento em diante, um episódio curioso marcou essa conjuntura política: a presença de Getúlio Vargas nos rumos das decisões políticas do Espírito Santo. Carlos Lindenberg foi encarregado de conversar com Getúlio acerca da oposição de Asdrúbal. É o que aparece no seguinte relato:

[...] a eleição de Bley – depõe Carlos Lindenberg – foi outra tragédia. Porque, quando se esboçou a sucessão de governo, houve uma cisão no partido. O Asdrúbal Soares se candidatou, [sic] também a governador. Ele

que tinha sido eleito pelo PSD (do Espírito Santo), como Deputado Federal, nós tínhamos, creio, 16 deputados, e a oposição tinha 9. Mas com o rompimento de Asdrúbal Soares com o Bley, também foram repartidos esses 16 deputados. Mas, depois ele conseguiu mais adesões, ficando com 14 deputados. E, nesta ocasião, eu fui incumbido, pelo Bley, de ir conversar com o Getúlio. Cheguei lá, relatei a situação, e ele me disse: - Mas o senhor tem muita coisa para fazer. O Asdrúbal não é deputado? Ele é um homem muito acessível. O Geraldo Vianna também é um grande amigo e muito acessível, vocês conversem com eles. Eu acredito que, por aí, vocês podem conseguir mais adesões. Mas uma coisa eu recomendo: “os senhores não se fixem em nomes, porque o essencial é que o partido ganhe, com qualquer um nome do partido” [...] (SILVA, 1986, p. 122).

Assim, o acordo com outras facções opostas deveria ser feito em nome do centralismo getulista. No entanto, Bley procurou de imediato outra forma de dividir o Partido da Lavoura. Ele lançou mão do expediente das antigas brigas políticas da Primeira República. Esse expediente seria enviar à viúva de Jerônimo Monteiro a cópia de um violento discurso contra ele, proferido no senado federal por Moniz Freire, em 1912, com assinatura de Josias Soares, pai de Asdrúbal, agora aliado de Jerônimo Monteiro Filho. Tal gesto alcançou o objetivo: dividiu o partido e abriu um caminho para negociações com o PL.

O PSD preferiu procurar a adesão de Gilbert Gabeira, único representante do Partido Proletário (PP) de vertente esquerdista. De fato, o PSD resolveu comprar a adesão de Gabeira, que não gozava de boa reputação. O partido tinha dois objetivos com aquela suposta compra de adesão: conquistar a maioria na Assembleia Constituinte e promover a liquidação daquela tendência oposicionista, utilizando um mecanismo desmoralizador. Posteriormente àquela compra de voto, os jornais O Globo e A Noite publicaram notícias acerca da infâmia do Partido Proletário. Talvez, o caso de Gabeira tenha despertado em Vargas mais atenção em relação ao Espírito Santo, por isso o presidente recebeu, em dias sucessivos, três candidatos ao governo do

Espírito Santo<sup>13</sup>, numa tentativa conciliatória, embora ele desejasse que o vencedor lhe devesse sempre favores políticos. Os conselhos de Getúlio Vargas levaram Bley a renunciar à candidatura e lançar apoio ao Partido da Lavoura. Isso resultou, para o PSD e para o PL, na maioria dos votos dos deputados estaduais na Assembleia Constituinte. Entretanto, um dos integrantes do PSD, Carlos Marciano de Medeiros, se negou a votar em Jerônimo Monteiro Filho. Essa indefinição do PSD e o confronto estabelecido entre Jerônimo Filho e Asdrúbal Soares beneficiou Punaro Bley, que foi apresentado como uma alternativa para as indefinições dos jogos políticos.

Desse modo, um novo acordo foi feito: Jerônimo Filho sairia candidato ao senado, e Bley ao governo do Estado. Segundo Achiamé (2010), pelo pacto de honra, 11 dos deputados constituintes comprometiam-se a votar em Jerônimo Monteiro Filho no primeiro escrutínio, enquanto o próprio Jerônimo e Carlos Medeiros votariam em Bley; isso para que seu nome tivesse o direito a figurar em novo escrutínio, pois não deveria valer a regra de apenas os dois nomes mais sufragados participarem da segunda votação. No segundo escrutínio, todos os 13 deputados apoiaram o nome de Bley (ACHIAMÉ, 2010, p. 266). Dessa forma, em 15 de abril de 1935, João Punaro Bley tomava posse como governador constitucional do Estado, perante a Assembleia Constituinte, onde somente se encontravam os 13 deputados que nele votaram. Enfim, o depoimento de Bley sobre as eleições parece relevante, tendo a finalidade de esclarecer aquele episódio:

[...] Quando se pediu a eleição, nós (Partido Social Democrático do Espírito Santo) tínhamos 16 deputados, a eleição era indireta, e a oposição (Partido da Lavoura) tinha 9 deputados, a minha eleição era tranquila. Porém, algum tempo depois o Dr. Asdrúbal Soares surgiu desejando ser governador. Com

---

<sup>13</sup>Os três candidatos a governador que conversaram com Vargas foram Jerônimo Monteiro Filho, Asdrúbal Soares e João Punaro Bley.

isso ele (que era deputado eleito pelo PSD-ES) arrastou 6 deputados estaduais para o lado oposicionista. Assim, nós que tínhamos 16 deputados, ficamos reduzidos a 10, e a oposição ficou com 15. Estava perdida a situação, quando me lembrei de fazer acordo com o Jerônimo Monteiro Filho. Eu sabia que ele tinha 3 deputados e estava apoiando Asdrúbal Soares. Então propus ao Presidente da República, como solução, que eu saísse do páreo e que o Jerônimo Monteiro Filho fosse eleito governador no meu lugar. Ele (Getúlio Vargas) concordou e aceitou, ficou combinado, o Jerônimo Monteiro Filho veio para meu lado. Com isso, restabelecemos a maioria de 1 voto, 13 contra 12 votos.

Entretanto, quando chegou a ocasião da eleição o deputado Carlos Marciano de Medeiros (PSD-ES) discordou da candidatura do Jerônimo M. Filho, dizendo que só votaria em mim. Ficou uma situação difícil para resolver. Houve então um pacto de honra no meu gabinete, que se constituiu no seguinte: 'Como o Jerônimo tinha esperança de trazer 3 deputados a mais da oposição e se eleger, ficou combinado que ele iria ser eleito no primeiro turno e o Carlos M. de Medeiros votaria nele próprio'. Eu concordei, mas achava que não daria certo. Quando saiu o resultado da eleição do primeiro turno, a situação era a seguinte: Jerônimo Monteiro Filho = 12 votos; Asdrúbal Soares = 12 votos; Carlos M. de Medeiros = 1 voto, não houve maioria. No segundo turno eu fui eleito por um voto (SILVA, 1986, p. 122-123).

Como governador eleito pela constituinte (1935/1937), Bley reformulou o secretariado, com o objetivo de contemplar a facção política ligada ao senador Jerônimo Monteiro Filho. Sendo assim, foram nomeados secretários Carlos Gomes Sá (Secretaria do Interior e Justiça) e Jorge Kafuri (Secretaria da Agricultura). Posteriormente, o governador rompeu com o senador Jerônimo Monteiro Filho, exonerando os integrantes de seu partido dos cargos públicos. Ainda mais, Bley continuou com o modelo autoritário e de repressão policial, sobretudo contra os comunistas.

No campo econômico, houve uma busca por incentivar e revitalizar a lavoura cafeeira. Para tanto, em outubro de 1937, foi criado o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, o que estava de acordo com os interesses das elites exportadoras de café, além de terem se iniciado as obras de construção do porto de Vitória.

Na segunda interventoria (1937-1943), Bley novamente foi indicado por Vargas na condição de interventor, em 25 de novembro de 1937. Daquele momento em diante, Bley ampliou as políticas sociais<sup>14</sup>. Todavia, isso não significou a emergência de políticas de massas, visto que, no período, houve a permanência dos interesses agrários e não um processo de participação das massas no processo decisório.

A base social de sustentação política de Punaro Bley, como já observado, não eram as massas populares, mas as elites cafeeiras. Em outras palavras, latifundiários produtores de café e exportadores de café. A partir do governo constitucional, ampliar-se-ia a participação das elites mercantis no campo político, bem como se ampliaria o atendimento das demandas de uma pequena massa popular que emergia no campo social. O governador encontraria no Estado de compromisso uma das soluções para a disputa entre as elites cafeeiras.

Diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro, o Espírito Santo não tinha uma base social tão heterogênea. A composição das forças sociopolíticas estava aglomerada,

---

<sup>14</sup>Hees e Franco comentam: [...] Dentre outras realizações do governo Bley, pode-se ainda apontar a aquisição, em 1933, do Teatro Carlos Gomes; a construção do leprosário Itanhenga e preventório Alzira Bley, para abrigar os filhos dos leprosos, do Hospital dos Servidores Públicos e do Asilo dos velhos, na Ilha de Santa Maria; o auxílio para a construção do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, de iniciativa particular; o auxílio para a Santa Casa de Misericórdia, inclusive para a aquisição da Casa de Saúde São Lucas; a construção do quartel da Polícia, em Maruípe; reforma e ampliação da penitenciária de Pedra d' Água (atual Instituto de Readaptação Social Jair Dessaune); a construção do cais de minério, no morro do Atalaia; a oficialização das faculdades de Odontologia, Farmácia e Direito de Vitória; a construção e reforma de edifícios escolares e a abertura de estradas (HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. *A república no Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2003, p.94-95).



principalmente, em torno das elites cafeeiras. Em geral, o período Bley não alterou o *status quo*, pelo contrário, ele revitalizou as funções da grande lavoura cafeeira, apesar de haver políticas públicas, no sentido assistencialista. Esse assistencialismo não significou privilegiar as camadas populares como o fez Vargas. De outro lado, a política industrial seguida por Vargas nem sequer foi cogitada em sua gestão. Apesar da racionalização do Estado, esta instituição ainda permanecia ligada aos laços de solidariedade pessoal, sobretudo na forma de patrimonialismo e de clientelismo. Nesse contexto, o que predominava era um compromisso entre as oligarquias, enquanto os setores médios urbanos raramente participavam da política.

Conforme se discutiu neste artigo, a experiência populista tem como uma de suas condições a modificação das estruturas agrárias pelas capitalistas; o governador Bley seguiu o caminho inverso, privilegiando as funções da lavoura. Dessa maneira, não havia, por parte do governo estadual, nem por parte das elites dirigentes, um projeto de mudanças sociais e estruturais.

Portanto, as transformações ocorridas a partir do ano de 1930 não mudaram em substancial a economia espírito-santense. Pelo contrário, a economia cafeeira foi revigorada, pois a maior parte da renda do Estado ainda advinha da cafeicultura. A única diferença foi o fortalecimento da diversificação da agricultura. Mesmo o governo federal tendo criado a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e implantado no Espírito Santo um complexo exportador de minério, e mesmo com a formação de pequenas e médias indústrias<sup>15</sup>, isso não propiciou o desenvolvimento capitalista, tampouco a emergência de uma heterogeneidade social.

---

<sup>15</sup>Indústrias criadas nesse período: Moinho Vitória, Chocolates Garoto, a Companhia Ferro e Aço de Vitória.

TABELA I. NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS RURAIS E PRODUÇÃO DE CAFÉ POR MUNICÍPIO E REGIÕES DO ESPÍRITO SANTO 1920-1927

REGIÕES E MUNICÍPIOS	1920					1927		PRODUÇÃO 1927/ PRODUÇÃO 1920		
	Nº DE TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS PROD. CAFÉ	(2/1) %	PRODUÇÃO (SACAS)		PRODUÇÃO (SACAS)		V. ABSOLUTA	V. RELATIVA	
				QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%			
<b>REGIÃO DA CAPITAL</b>	13.012	10.565	81,2	501.922,30	48,7	984.468	51,8	482.545,70	95,1	
Afonso Cláudio	502	500	99,6	29.376,70	2,8	93.206	4,9	63.829,30	217,3	
Alfredo Chaves	665	609	91,6	38.148,30	3,7	57.719	3	19.570,70	51,3	
Benevente	378	323	85,4	12.391,70	1,2	9.829	0,5	-2.562,70	-20,7	
Boa Família	589	577	98	59.886,70	5,8	111.217	5,9	51.330,30	85,7	
C. de S.	1.476	629	42,6	23.965,00	2,3	70.787	3,7	46.822,00	195,4	
Leopoldina	386	376	97,4	14.488,30	1,4	12.548	0,7	-1.940,30	-13,4	
Cariacica	37					1.083	0,1	1.083,00		
Espírito Santo	713	672	94,2	27.876,70	2,7	32.747	1,7	4.870,30	17,5	
Guarapary	582	540	92,8	22.516,70	2,2	32.517	1,7	10.000,30	44,4	
Nova Almeida	940	639	68	24.303,30	2,4	75.459	4	51.155,70	210,5	
Pau Gigante	466	438	94	35.533,30	3,4	50.084	2,6	14.550,70	40,9	
Piúma	699	583	83,4	18.426,70	1,8	19.317	1	890,3	4,8	
Riacho	372	269	72,3	9.626,70	0,9	30.478	1,6	20.851,30	216,6	
Santa Cruz	1.448	1.165	80,5	27.250,00	2,6	47.731	2,5	20.841,00	75,2	
Santa Isabel	1412	1.373	97,2	97.096,70	9,4	127.218	6,7	30.121,30	31	
Santa Tereza	339	315	92,9	9.441,70	0,9	34.195	1,8	24.753,30	262,2	
Serra	236	198	83,9	5.416,70	0,5	20.524	1,1	15.107,30	278,9	
Viana	40	25	62,5	1.025,00	0,1	10.009	0,5	8.984,00	876,5	
Vitória	<b>REGIÃO SUL</b>	6.344	4.619	72,8	491.843,30	47,7	880.781	46,4	388.937,70	79,1
Alegre	1.285	1.065	82,9	104.805,00	10,2	244.400	12,9	139.595,0	133,2	
C. de Itapemirim	1.920	1.220	63,5	58.783,30	5,7	186.500	9,8	127.736,70	217,4	
E.S. do Rio Pardo	654	540	82,6	31.051,70	3	63.016	3,3	31.964,30	102,9	
Itapemirim	358	90	25,1	4.105,00	0,4	157	0	-3.948,00	-96,2	
P. do Itabapoana	108	73	67,6	5.730,00	0,5	8.997	0,5	3.267,00	57	
Rio Novo	407	371	91,2	28.175,00	2,7	52.976	1,4	-2.199,00	-7,8	
Rio Pardo	314	205	65,3	32.850,00	3,2	14.585	0,8	-18.265,00	-55,6	
S.J. do Muqui	191	169	88,5	54.413,30	5,3	61.429	3,2	7.015,70	12,9	
S.J. do Calçado	381	330	86,6	54.745,00	5,3	64.413	3,4	9.668,00	17,7	
S.P. do Itabapoana	726	556	76,6	117.205,00	11,4	211.308	11,1	94.103,00	80,3	
<b>REGIÃO NORTE</b>	33.317	2.525	76,1	37.878,40	3,7	35.250	1,9	-2.528,40	-6,9	
Conceição da Barra	437	211	48,3	3.471,70	0,3	4.000	0,2	528,30	15,2	
Linhares	1.732	1.334	77	45.151,70	4,4	148.000	7,8	102.846,30	227,8	
São Mateus	1.148	980	85,4	34.406,70	3,3	-31.250	1,6	-3.156,70	-9,2	
<b>TOTAL</b>	<b>20.941</b>	<b>16.375</b>	<b>78,2</b>	<b>1.031.644,00</b>	<b>100</b>	<b>1.900,70</b>	<b>100</b>	<b>869,10</b>	<b>84,2</b>	

FONTE: ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 100

**TABELA II. QUANTIDADES EXPORTADAS DE CAFÉ (MÉDIAS QUINQUENAIS). ESPÍRITO SANTO 1895-99/1925-29 (SACAS DE 60 Kg)**

QUINQUÊNIO	MÉDIAS	CRESCIMENTO %
1895-99	563.515	—
1900-04	534.723	-5,1
1905-09	599.854	12,2
1910-14	537.375	10,42
1915-19	772.677	43,8
1920-24	1.063.538	37,6
1925-29	1.255.929	18

FONTE: ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 103

**TABELA III. RECEITA TOTAL E RECEITA GERADA PELO CAFÉ. ESPÍRITO SANTO 1895-99/1929**

ANOS	RECEITA TOTAL	RECEITA DO CAFÉ	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
1895-99	3.901,20	3.084,70	79,1
1900-04	2.500,50	1.984,20	79,4
1905-09	2.485,30	1.757,30	70,7
1910-14	3.931,30	2.630,10	66,9
1915-19	5.703,30	3.906,60	68,9
1920-23	13.441,80	9.767,30	72,7
1929	39.241,80	27.767,90	70,8

FONTE: ROCHA; COSSETTI, 1983, p. 106

**TABELA IV. NÚMERO DE CAFEZEIROS PLANTADOS. ESPÍRITO SANTO 1940-1987**

Anos	Número de cafezeiros plantados		
	Total	Em produção	Novos
1940	257272755	212997130	44275625
1950	359238801	247146325	85092476
1960	447645103	360431122	87213981
1970	234845114	202613200	32231914
1975	247165671	193756765	53408906
1980	447114159	298598296	148515863
1985	645214793	485175737	160039056
1987	672147000	534004000	138143000

FONTE: ROCHA; MORANDI, 1991, p.49

**TABELA V. POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL NOS RECENTEAMENTOS DE 1940, 1950 E 1960, SEGUNDO AS REGIÕES FISIográficas E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

a) Números absolutos									
REGIÕES FISIográficas E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO (habitantes)								
	Total			Úrbana			Rural		
	1940	1950	1960(1)	1940	1950	1960(1)	1940	1950	1960(1)
Norte	—	36 935	70 783	—	13 816	30 842	—	23 119	39 941
Rondonia	—	36 935	70 783	—	13 816	30 842	—	23 119	39 941
Acre	79 768	114 755	160 208	14 138	21 272	33 998	65 630	93 483	126 210
Amazonas	438 008	514 099	721 215	104 789	137 736	239 659	333 219	376 363	481 556

Rio Branco	—	18 116	29 489	—	5 132	12 717	—	12 984	16 772
Pará	944 644	1 123 273	1 550 935	286 865	389 011	630 672	657 779	734 262	920 263
Amapá	—	37 477	68 889	—	13 900	35 390	—	23 577	33 499
<b>Nordeste</b>									
Maranhão	1 235 169	1 583 248	2 492 139	185 552	274 288	448 509	1 049 617	1 308 960	2 043 630
Piauí	817 601	1 045 696	1 263 368	124 197	170 584	298 152	693 404	875 112	965 216
Ceará	2 091 032	2 695 450	3 337 856	475 028	679 604	1 124 829	1 616 004	2 015 846	2 213 027
Rio Grande do Norte	768 018	967 921	1 157 258	164 248	253 765	435 189	603 770	714 156	722 069
Paraíba	1 422 282	1 713 259	2 018 023	311 402	456 716	708 051	1 110 880	1 256 543	1 309 972
Pernambuco	2 688 240	3 395 185	4 136 900	787 808	1 167 400	1 856 689	1 900 432	2 227 785	2 280 211
Alagoas	951 300	1 093 137	1 271 062	229 126	286 379	428 228	722 174	806 758	842 834
Fernando de Noronha	—	581	1 389	—	581	1 389	—	—	—
<b>Leste</b>									
Sergipe	542 326	644 361	760 273	166 241	204 984	295 929	376 085	439 377	464 344
Bahia	3 918 112	4 834 575	5 990 605	937 571	1 250 507	2 083 716	2 980 541	3 584 068	3 906 889
Minas Gerais	6 736 416	7 717 792	9 798 880	1 693 040	2 320 054	3 940 557	5 043 376	5 397 738	5 858 323
Serra dos Aimorés	66 994	160 072	384 297	1 535	7 112	33 916	65 459	152 960	350 381
Espírito Santo	750 107	861 562	1 188 665	157 008	194 935	379 689	593 099	666 627	808 976
Rio de Janeiro	1 847 857	2 297 194	3 402 728	693 201	1 091 359	2 077 221	1 154 656	1 205 835	1 325 507
Guanabara	1 764 141	2 377 451	3 307 163	1 519 010	2 303 063	3 223 408	245 131	74 388	83 755
<b>Sul</b>									
São Paulo	7 180 316	9 134 423	12 974 699	3 168 111	4 804 211	8 149 979	4 012 205	4 330 212	4 824 720
Paraná	1 236 276	2 115 547	4 277 763	302 272	528 288	1 327 982	934 004	1 587 259	2 949 781
Santa Catarina	1 178 340	1 560 502	2 146 909	253 717	362 717	695 347	924 623	1 197 785	1 451 562
Rio Grande do Sul	3 320 689	4 164 821	5 448 823	1 034 486	1 421 980	2 445 774	2 286 203	2 742 841	3 003 049
<b>Centro-Oeste</b>									
Mato Grosso	432 265	522 044	910 262	128 727	177 830	364 004	303 538	344 214	546 258
Goiás	826 414	1 214 921	1 954 862	142 110	245 667	599 404	684 304	969 254	1 355 458
Distrito Federal, Brasília	—	—	141 742	—	—	89 698	—	—	52 044

**FONTE** — Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela Extraída de: Tabela extraída de Anuário estatístico do Brasil 1962. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, 1962.

(1) Resultados Preliminares.

De outro lado, devemos entender que o estado do Espírito Santo não passava por uma transição social de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, uma vez que a maior parte da população ainda permanecia na zona rural, e havia pouca mobilização de massas. De acordo com a Tabela V, o Espírito Santo ainda permanecia uma sociedade eminentemente rural, e não havia grande fluxo de migrações para área urbana. Outras regiões do Brasil também permaneciam com sua maior parte da população na área rural, como no caso do Rio de Janeiro e São Paulo, porém a dinâmica das migrações campo-cidade era bem maior.

A personalidade política dos líderes populistas se baseia exatamente no carisma como qualidade extracotidiana, ou extraordinária. Enquanto Getúlio Vargas era uma liderança que conquistava as massas por meio dessa qualidade, João Punaro Bley pouco desenvolveu uma imagem carismática, ou uma ligação sentimental com as massas populares. Na verdade, Bley tinha uma personalidade autoritária, pouco ligada aos anseios populares.

Em conclusão, podemos dizer que o populismo não emergiu durante o governo de

Punaro Bley. A personalidade política dessa liderança, bem como sua herança política refletiam contornos autoritários, legados do tenentismo. João Punaro Bley se comportava muito mais como um soldado que obedecia ao seu líder Getúlio Vargas. Certamente, ele era uma liderança sem ambição política, diferentemente de tenentes como Juarez Távora, que ambicionavam o cargo de presidente da República. O interventor apenas seguia as diretrizes propostas por Vargas.

## Conclusão

Em síntese, podemos afirmar que o conceito populismo ainda é usado com indistinção por vários acadêmicos, o resultado sempre é análises que pouco contribui para o entendimento da realidade social brasileira. Neste artigo procuramos demonstrar que o populismo, enquanto fenômeno político é um conceito complexo, que precisa de unidades mínimas para ser aplicada a realidade social. Para isso, buscamos no conceito de populismo de María Moria Mackinnon e Mario Alberto Petrone, algo que possa explicar o contexto social do estado do Espírito Santo entre os anos de 1930 a 1943. Esse período é visto por muitos estudiosos como a emergência do populismo no Brasil. Nosso questionamento foi se esse modelo político também teria nascido no estado do Espírito Santo.

Concluimos que as transformações decorrentes em 1930 no Brasil, não resultaram em mudanças para o Espírito Santo, isso por várias razões, das quais duas tornam-se importantes. Primeiro, a peculiar formação social e histórica do estado do Espírito Santo, que implicou a hegemonia de duas elites ligadas ao setor cafeeiro. Segundo, a Revolução de 1930 não modificou a estrutura política, tampouco as condições econômicas. Pois, a Revolução de 1930 configurou-se como uma verdadeira guerra de coronéis, na qual houve rearranjos das forças políticas estaduais. Assim, o choque entre as elites cafeeiras não criou uma hegemonia capaz de originar bases para a emergência do populismo. Além do mais, João Punaro Bley ao ingressar como dirigente da administração pública fundamentou seu poder no controle das elites

cafeiras, e não na classe média urbana e operária, como fazia Getúlio Vargas. Por outro lado, as políticas públicas implementadas pelo interventor não ampliou o acesso das classes populares ao aparelho administrativo do Estado, apenas seguiu as diretrizes de políticas públicas que Vargas fazia em nível federal. Em outro caso, os canais de participação política, que eram os partidos políticos ficaram restritos ao controle das elites cafeiras, como o Partido Social Democrático (PSD); o Partido da Lavoura (PL). Embora, o Partido Proletário (PP) seja popular, não tinha grande representatividade.

Desse modo, a composição das forças políticas se aglomerava em torno das elites cafeiras, por isso, Bley não alterou o *status quo*, pelo contrário, ele revitalizou as funções da grande lavoura cafeira. Apesar de haver políticas públicas, no sentido assistencialista, esse assistencialismo não significou privilegiar as camadas populares como o fez Vargas. De outro lado, a política industrial seguida por Vargas nem sequer foi cogitada em sua gestão. Apesar de a experiência populista ter como uma de suas condições a modificação das estruturas agrárias pelas capitalistas.

Por outro lado, devemos entender que o estado do Espírito Santo não passava por uma transição social de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, uma vez que a maior parte da população ainda permanecia na zona rural, e havia pouca mobilização de massas.

Por fim, a personalidade política dos líderes populistas se baseia exatamente no carisma como qualidade extracotidiana, ou extraordinária. Enquanto Getúlio Vargas era uma liderança que conquistava as massas por meio dessa qualidade, João Punaro Bley pouco desenvolveu uma imagem carismática, ou uma ligação sentimental com as massas populares. Na verdade, Bley tinha uma personalidade autoritária, pouco ligada aos anseios populares.

## Referências

- ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): Elites políticas e reformismo autoritário.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- DINIZ, Eli. **Empresários, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (coleção estudos brasileiros; v. 27).
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 12 Ed. - São Paulo: Editora Globo, 1997. 2 v.
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história.** 15° Ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1995.
- HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A república no Espírito Santo.** Vitória: Multiplicidade, 2003.
- IANNI, Octávio. **O Colapso do Populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 70, 4° edição, 1978.
- MACKINNON, María Moria; PETRONE, Mario Alberto. **Populismo y neopopulismo en América Latina: El problema de la cenicienta.** Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo.** Vitória: FEES, SD.
- ROCHA, Haroldo Corrêa. A formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS, João G. Moreira; DAVEL, Eduardo P. Barreto (Org.). **Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo.** Vitória: EDUFES, 1998.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930**. Vitória: UFES/ CCJE/ Dep. Economia/ NEP, 1983.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura & Grande Indústria: A transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. 2 v. Rio de Janeiro :Fundação Getúlio Vargas, 1986.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4<sup>o</sup> Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. 1 v.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.